

As redes, seus desafios de implementação e o desenvolvimento sustentado

Julia Rossato Oliveira Pereira¹
Moacir José dos Santos²
Nancy Julieta Inocente³

Resumo

De maneira geral o termo Rede pode ser entendido como o entrelaçamento de fios com o objetivo de se formar uma trama. Este é um dos conceitos atribuído as redes, mas o mais importante é no que uma rede estruturada, seja de pessoas ou serviços, pode oferecer, como a facilidade e o aumento do fluxo de informações, além da descentralização de ações e poder. O objetivo desta pesquisa foi descrever os diversos conceitos do termo Rede, bem como apresentar seus subtipos e seus efeitos no desenvolvimento sustentado. Para alcançar este objetivo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, realizando a discussão entre os autores que falam sobre o tema. Da discussão pode-se inferir que a Rede, seja qual for o subtipo, exerce papel fundamental no desenvolvimento sustentado quando bem articulada, portanto, as Redes devem ser entendidas como o meio de conexão, de articulação entre os atores locais.

Palavras-chave: Rede; Desenvolvimento Sustentado; Políticas Públicas

Recebimento: 30/7/2011 - Aceite: 25/10/2011

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. End: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Centro, Taubaté - SP, Brasil. E-mail: juliaydri@yahoo.com.br

² Doutor em História pela UNESP. Docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. E-mail: santos.mj@ig.com.br

³ Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. E-mail: nancyinocente@gmail.com

Networks, its implementation challenges and sustainable development

Abstract

In general, the net term can be understood as the interweaving of wires in order to form a weft. This is one of the many concepts assigned to nets, but most important is to think of the several benefits that a net can offer, either of people or services, as the easiness and the increase of the information flow, besides the decentralization of actions and power. The objective of this work was to describe the various concepts of the net term, as well as submit its subtypes and its effects on sustainable development. In order to achieve this objective, it was used a bibliographic research, that promotes a discussion among the authors related to the topic. From the discussion it can be inferred that the net, whatever the subtype, plays a fundamental role in sustainable development, when it's well articulated. Therefore, the nets should be understood as the mean of connection and articulation linking the local actors.

Keywords: Net; Sustainable Development; Public Policies

Introdução

De acordo com os mais variados dicionários da língua portuguesa, o vocábulo rede é entendido como o entrelaçamento de fios ou fibras com a finalidade de se formar uma trama, tecido.

Porém, a palavra rede, ao longo dos tempos, vem ganhando novas interpretações e significados, principalmente no campo das ciências sociais, ressaltam as autoras Loiola e Moura (2000, p. 53): “Ademais, essa metáfora surge associada a novas e antigas formas de organização social, no seu sentido mais amplo”.

Kern (2005) lembra que na atualidade, seja no Serviço Social ou em outras áreas, a temática das redes vem sendo discutida significativamente. Para o autor a rede é entendida como uma alternativa de trabalho com sujeitos que fazem parte do cotidiano profissional, na qual estes sujeitos só podem ser entendidos se somados às suas teias de relações e vivências ao longo da vida.

O conceito de atendimento em rede trás uma melhor compreensão da importância da integração entre as organizações e instituições formais ou não, grupos e indivíduos às ações, com a finalidade de mobilização de recursos, troca de dados e experiências junto à efetivação de políticas públicas e projetos sociais. Porém, não se constitui tarefa fácil fazer com que o atendimento em rede seja eficiente. Bourguignon (2001) ressalta:

Refletir e propor o trabalho social em rede constitui-se, hoje, um grande desafio para profissionais vinculados às políticas públicas, gestores municipais, conselheiros pertencentes aos diferentes Conselhos de Direitos que respondem pela garantia dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente num contexto em que a exclusão social é marcante. (BOURGUIGNON, 2001, p.1)

Foi descrito neste estudo diversos conceitos do termo Rede, seus subtipos e sua importância no desenvolvimento sustentado. A relevância do assunto aqui discutido se dá pelo fato de que o tema Rede tem sido amplamente debatido com o grande avanço da globalização e necessidade de integração de conhecimentos e ações, além de estar presente nas mais diversas áreas do conhecimento, como administração, informática, social entre outros. É parte fundamental deste estudo evidenciar o papel de grande relevância que as Redes exercem no desenvolvimento de determinada região ou sociedade.

Diante disso, o artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente o referencial teórico, no qual são descritos os conceitos e definições de Rede e também são descritos alguns subtipos de Redes. Em segundo lugar, o método, discutindo a opção pela pesquisa bibliográfica e por último, nas considerações finais, foi evidenciado a importância das Redes no desenvolvimento Sustentado.

Revisão de literatura

As redes e os subtipos

A palavra rede, do latim *reds* tem várias representações, mas a idéia de ligação, entrelaçamento, remete a fios entrelaçados que formam um tecido. E quanto maior for o número de conexões, maior é a sua capacidade de obter resultados (SCHLITHLER, 2010).

Loiola e Moura (2000), mencionam que tal termo remete às mais distintas vertentes, tais como armadilha, instrumento protetor, idéia de fluxo e de circulação. As redes podem ainda ser classificadas como sistemas organizacionais capazes de agrupar pessoas e instituições, democraticamente e de forma participativa, com a finalidade de se atingir objetivos comuns (NEVES, 2009).

Para Scherer-Warren, (1999, p. 51 apud GUIMARÃES, 2002, p.5): “a idéia de rede implica admitir a complexidade do social, composto de setores e agrupamentos sociais heterogêneos, campos de múltiplas contradições, diversidades e discursos plurais, em que opera não apenas a lógica do conflito, mas também da cooperação e da solidariedade.”

Bourguignon (2001, p. 4) relaciona o termo rede a palavras como articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros. E ressalta a importância da “interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.” Neves destaca:

O atendimento social, considerado a partir do sistema de rede, facilita a circulação de informação, promove uma tomada de consciência coletiva, além de possibilitar uma visão geral, incluindo o levantamento de recursos, potencialidades e demais atores, capazes de permitir uma melhor efetivação das ações norteadoras do sucesso referente ao desempenho, direcionado ao atendimento social. (NEVES, 2009, p. 60)

Outro ponto importante relacionado ao conceito de rede é o fato de que no seu interior não há diferenças hierárquicas, a igualdade e complementariedade entre seus atores são regras para o bom funcionamento da mesma.

Entretanto, para que flua o funcionamento da rede de atendimento social é de suma importância que as partes, ou seja, as organizações, programas governamentais ou não-governamentais, sejam tratadas com fundamentais para o todo, através de uma ligação e interrelacionamento. Whitaker destaca:

As redes constituem uma proposta democrática de realização do trabalho coletivo e de circulação do fluxo de informações, elementos essenciais para o processo cotidiano de transformação. [...] Uma estrutura em rede - que é uma alternativa a estrutura piramidal - correspondente também ao que seu próprio nome indica: seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam. (WHITAKER, 2007, p. 4)

Baptista (2000) ressalta que o atendimento em rede deve considerar todas as limitações e possibilidades estruturais e institucionais da conjuntura social nos mais variados níveis, onde as relações se assumem como estratégia de busca pela identidade e também, pelo desenvolvimento, sendo fundamental articular mais de uma rede.

Para Guará *et al* (1998, p.12, apud BOURGUIGNON, 2001, p.4) “[...] até algumas décadas atrás, usávamos o termo rede na administração pública ou privada para designar uma cadeia de serviços similares, subordinados em geral a uma organização-mãe que exercia a gestão de forma centralizada e hierárquica.”

Bourguignon (2001) faz uma categorização das redes baseado no texto “Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente”, das autoras Maria do Carmo Brant de Carvalho e Isa Maria Ferreira da Rosa Guará (1995) conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Classificação de Redes Sociais

TIPOS DE REDE
REDE SOCIAL ESPONTÂNEA: constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.
REDES SÓCIO - COMUNITÁRIAS: constituída por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.
REDE SOCIAL MOVIMENTALISTA: constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.
REDES SETORIAIS PÚBLICAS: são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.
REDES DE SERVIÇOS PRIVADOS: constituída por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.
REDES REGIONAIS: constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.
REDES INTERSETORIAIS: são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Fonte: Bourguignon (2001, p. 6).

O Quadro 1 nos mostra a diversidade de possibilidades nas atividades e objetivos relacionados às redes, onde cada uma conta com especificidades que denotam as diferenças nas origens de seus integrantes e também de suas metas enquanto grupo, coletividade.

Para Amaral (2007, p. 1) “A rede, é basicamente, um processo de comunicação estruturado de forma reticular.” A autora levanta alguns pontos positivos das redes: Distribuição do poder; coordenação de processos descentralizados; estímulo ao capital social; associações responsáveis; inteligência coletiva; democratização da informação; estímulo ao surgimento de lideranças; renovação da cultura organizacional;

parcerias/relações laterais e comunicação estruturada. Todos estes itens contribuem para a circulação de informações e ações coletivas.

Segundo Whitaker (2007) as redes sociais podem ser divididas em dois tipos de estruturas: as piramidais e as estruturas em rede. E destaca que o melhor seria a combinação de ambas as estruturas. O autor ainda se enfatiza que quando pessoas ou entidades se associam para a realização de objetivos, a organização mais comum é a piramidal. A estrutura em rede é mais utilizada em países de Primeiro Mundo.

O Quadro 2 ilustra as principais diferenças entre as duas estruturas levantadas por Whitaker (2007), ou seja, o modo como são vivenciados alguns conceitos relativos ao trabalho em equipe.

Quadro 2: Principais diferenças entre a estrutura piramidal e em rede

ESTRUTURA CONCEITOS	ORGANIZACIONAL PIRAMIDAL	ESTRUTURA EM REDE
Democracia	Depende do modo como são escolhidos seus dirigentes	Medem-se pela abertura à entrada de novos membros, pela liberdade de circulação de informações em seu interior, pela inexistência de censuras, controles, hierarquizações ou manipulações da respectiva circulação de articulação
Participação – os modos de inserção dos atores em uma rede constroem ou abrem possibilidades direcionadas à capacidade de ação	Depende da aceitação dos membros em relação ao poder de quem coordena, além da legitimidade e a forma de condução do processo	Realização do objetivo perseguido, de modo que este seja vital para quem participa da ação; o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação
Representação e Delegação de poder	Representação	Não são estabelecidos níveis de poder, mas sim tipos de responsabilidades, com vistas à realização dos objetivos perseguidos; não existe representação; o poder pertence a todos os integrantes e refere-se ao “poder conjunto”
Estrutura	Superpõem-se níveis de poder de decisão: na base: muitos com pouco poder e menos responsabilidade; no topo: poucos, com muito poder e muita responsabilidade	Seus integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que o cercam. Todos têm o mesmo poder de decisão, pois decidem sobre sua própria ação; co-responsabilidade. O poder se desconcentra
Disciplina e comando	Obediência e Concentração de poder	Conta com a lealdade de cada um para com todos, baseada na coresponsabilidade e na capacidade de iniciativa individual

Fonte: NEVES, 2009, p. 154-155)

A intervenção a partir da idéia de rede implica em considerar a existência de conexões e pontos de contatos, porém é primordial assegurar que estas conexões expressem o fluxo de intervenções. Raichelis Degenszajn, (2008, p. 213 apud BIDARRA, 2009, p. 493) ressalta:

A construção de redes vai depender, em primeira instancia, da explicitação das diferentes propostas em jogo e da construção de identidades de projetos que possam compartilhar intencionalidades, objetivos e valores. A adesão a uma rede nasce em função de fatores que consigam reunir em torno de si as expectativas, necessidades e demandas dos diferentes participantes.

Schlithler (2010) esclarece sobre a importância de formação de redes intersetoriais quando há intenção de provocar o desenvolvimento comunitário, isto é, transformações provocadas pelo desenvolvimento do capital humano e social de uma comunidade.

A autora denomina de Redes de Desenvolvimento Comunitário aquelas que agregam entidades sociais, empresas socialmente responsáveis, organizações sociais de origem empresarial (institutos e fundações), órgãos do setor público e profissionais independentes, sendo intersetoriais, pautadas pela ética, a participação é incentivada, a diversidade é valorizada, a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido.

Por fim, os objetivos dessas redes são definidos a partir de um diagnóstico relativo à causa, elaborado por meio de ação espontânea comprometida de seus integrantes, visando à construção coletiva de um projeto que irá articular várias organizações para provocar transformações sociais (SCHLITHLER, 2010).

As ações são denominadas difusas quando acontecem de forma espalhada, diversa e autônoma. Ações colaborativas ocorrem a partir de iniciativas conjuntas de alguns membros da rede. Ações ou projetos coletivos resultam do planejamento coletivo feito pela rede, organizadas em forma de projetos com objetivos, atividades e orçamento e cronograma. A rede decide de forma coletiva qual projeto será realizado naquele momento e acompanha todo o processo de implementação (SCHLITHLER, 2010).

Bourguignon (2001) baseado nos autores Guará *et al* (1998) e Inojosa (1999) destaca alguns requisitos fundamentais para que o trabalho em rede seja eficiente, bem como pontos importantes para sua base de sustentação conforme pode ser visto no Quadro 3:

Quadro 3: Requisitos fundamentais para a Rede

Requisitos fundamentais para a Rede
O município como espaço territorial onde as ações e serviços de atenção à família, criança e adolescente se desenvolvem.
O governo municipal enquanto gestor e os Conselhos como órgãos que garantem o direcionamento das ações, a prestação de serviços de qualidade e a defesa dos direitos fundamentais do cidadão
Desencadeamento de um processo de mobilização para participação dos agentes a serem envolvidos.
Diagnóstico das necessidades dos grupos sociais vulnerabilizados e em situação de risco, para se definir prioridades.
Definição de projetos específicos e intersetoriais com identificação de objetivos, metodologia de trabalho e previsão dos resultados a serem alcançados.
Sinergia e articulação entre todas as instituições e agentes que prestam serviços no município atreves do compartilhamento de objetivos e ações.
Suporte qualificado e gerencial às organizações, ou seja, apoio técnico, administrativo, financeiro e político para desenvolvimento de seus propósitos.
Parcerias sustentadas no respeito ao potencial de cada ator social.
Processo contínuo de circulação de informações.
Conquista de legitimidade junto ao município.
Definição de um embrião capaz de manter vivo o processo de trabalho conjunto: o <i>Reeditor</i>
Capacitação dos agentes envolvidos.
Avaliação e redefinição de estratégias operacionais, com atividade permanente.

Fonte: A autora (baseado em Bourguignon, 2001, p. 7-8).

Guimarães (2002, p. 215) realizou uma pesquisa e analisou as características de quinhentas (500) instituições sociais que atuam em Porto Alegre, como localização, convênios e parcerias, público atendido, atividades, profissionais atuantes entre outros. E três conclusões nos chamam a atenção:

- Podemos constatar que 70% das instituições pesquisadas são particulares, sendo que destas apenas 17% se identificaram como organização não governamental. Atualmente estas entidades sociais trabalham de forma isolada, o que significa que a política publica de

assistência social se efetiva pela responsabilidade do setor “público” privado.

- Os dados da pesquisa, surpreendentemente indicam que a maioria das entidades, 55%, não possui nenhum tipo de convênio com outras instituições. Das que estabelecem algum convênio com o poder público 24% é com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). É fácil constatar que este percentual ainda é muito pequeno no que se refere ao atendimento e à constituição de uma Política Municipal de Assistência Social, porém é um campo fértil na possibilidade de ampliação e realizações.

- A assistência na perspectiva de realizar um atendimento em rede é uma concepção que está presente no discurso de vários de nossos protagonistas, tanto no que diz respeito à assistência cidadã, quanto à prestação de serviço, bem como a integração entre entidades assistenciais e órgãos públicos.

Gumarães (2002) finaliza sua pesquisa e diz que o atendimento em rede só se efetivará se as políticas públicas deixarem seu caráter paliativo e faz alguns apontamentos considerados fundamentais para uma Política Pública de atendimento em rede:

- É necessário que as entidades se conheçam e se integrem além do livre acesso ao cadastro único das entidades;

- Proporcionar as entidades sociais se vincular a um processo de política pública de caráter emancipatório;

- Garantir a ampliação de uma política redistributiva, descentralizadora, municipalista, privilegiando a discussão sobre orçamento participativo e destinação à área social;

- Considerar o funcionamento em rede a partir de uma extensão da universalidade e igualdade de acesso aos direitos sociais.

Guimarães (2002, p. 217) conclui sobre a fragilidade da rede: “Os dados da pesquisa nos permite dizer que a rede de atendimento existe de uma forma fragmentada e isolada [...]” e afirma que a rede tem possibilidade de se efetivar na medida em que forem estabelecidas parcerias e convênios.

É importante ter claro que nenhuma organização é completa o suficiente para atender a todas as necessidades de um segmento, seja ele qual for. Apesar das especificidades de cada organização, da variedade de seus profissionais e objetivos, a estruturação de uma Rede de atendimento exige mais. Exige políticas públicas coerentes e alinhadas as leis, como o Estatuto da criança e adolescente, ou o Estatuto do Idoso.

Método

Para Gil (2006, p. 17), a pesquisa científica pode ser definida como: “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.” A pesquisa, portanto, se caracteriza por ser um procedimento investigativo, estruturado e crítico que permite desvendar fatos, fenômenos ou relações em todas as áreas do conhecimento.

A pesquisa realizada se caracteriza como qualitativa, descritiva e exploratória. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (...)” (GIL, 2006, p. 42). Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa se define como bibliográfica, utilizando fontes bibliográficas referente aos temas Redes, Intersectorialidade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentado.

De acordo com Gil (1994) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é a possibilidade de poder cobrir uma gama muito maior de assuntos, enquanto na pesquisa de campo o pesquisador se restringe aos dados obtidos na pesquisa. E ainda afirma “Essa vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 1994, p. 72).

Os dados da pesquisa bibliográfica consistem em dados secundários, obtidos através de livros e artigos referentes ao tema pesquisado. “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.” (MARCONI, LAKATOS, 2007, p. 43-44). Este estudo teve como objetivo geral descrever os principais subtipos das Redes e relacioná-los ao desenvolvimento sustentado.

As redes e o desenvolvimento sustentado

Bidarra (2009, p. 493) levanta os desafios e obstáculos a serem enfrentados para que se consiga estabelecer, na área das políticas públicas, o efetivo trabalho em rede, e assegura:

Amadurecer um fluxo de trabalho sob a forma de redes numa perspectiva democrática requer que cada vez mais se recuse o modelo de interação vertical e piramidal, o qual historicamente tem predominado na organização da vida político-administrativa do Estado brasileiro, porque

referencias desse modelo estão encravadas na cultura política e institucional dessa sociedade.

A exclusão social é um fenômeno multidimensional, complexo e que afeta as condições essenciais de sobrevivência dos cidadãos e suas famílias. Com isso se tornam vulneráveis, segregados, discriminados e não encontram oportunidades de trabalho e nem mesmo de se prepararem para ele agravando ainda mais as condições, recursos e possibilidades dos mesmos de garantirem seus direitos (PEREIRA, 1998).

O atendimento em rede, bem como os programas sociais e projetos devem estar direcionados ao bem coletivo, a população como um todo, superando a segmentação da sociedade. Guimarães (2002, p. 18) afirma:

A proposta de assistência social, enquanto política pública e com funcionamento em rede, pressupõe: a concepção de direito enquanto cidadão; o serviço como uma forma de enfrentamento às questões sociais e a integração tanto das políticas, como da própria comunidade, bem como em relação a outras entidades. Para que efetive a assistência em rede é necessário que estas concepções estejam atuando conjuntamente, sabendo que este processo é um desafio.

Para Guimarães (2002) a ação em rede enfrenta um grande desafio, superar a visão corriqueira do assistencialismo, por estar baseada na ajuda e doação e as dificuldades são apenas amenizadas. São ações caracterizadas por ações fragmentadas, pontuais, individualistas e compensatórias, que acabam por reforçar as desigualdades e a exclusão social. E afirma ainda que por se tratar de ações residuais não é compatível com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social.

Nesta perspectiva, Cardoso (2004, p. 43) ressalta que “para alguns, a persistência da pobreza é a prova da ineficiência das políticas governamentais; para outros, é preciso que se destinem mais verbas à área social para que os programas sejam ampliados”. A autora deixa claro que nos deparamos o tempo todo, com programas sociais, governamentais ou filantrópicos que apresentam ainda hoje um viés assistencialista, repetindo velhas práticas.

O fortalecimento das qualidades existentes em uma determinada comunidade serão mais facilmente generalizadas quando houver o envolvimento coletivo, tornando o grupo que está recebendo os benefício protagonistas de suas próprias mudanças (CARDOSO, 2004).

Bourguignon (2001) afirma que a rede social é uma alternativa necessária, aos gestores sociais, de enfrentamento das manifestações da exclusão social. Desta forma é preciso lembrar que as políticas públicas básicas como educação, alimentação, assistência social, cultura, lazer, saúde, trabalho entre outras, são setoriais e desarticuladas em sua grande maioria. Isso se transporta para a área social de maneira a anular a promoção do ser humano. E destaca exemplificando:

[...] cada área da política pública tem uma rede própria de instituições e/ou serviços sociais. Exemplo disto é a Assistência Social que possui um conjunto de entidades estatais e filantrópicas que prestam serviços na área de forma paralela as demais políticas e muitas vezes atendendo aos mesmos usuários. (BOURGUIGNON, 2001, p. 2)

De acordo com Bidarra (2009, p. 495) a intervenção intersetorial sob a forma de trabalho em rede requer drásticas mudanças de atitudes, dos gestores e outros profissionais e atores sociais que integram o “sistema de garantia de direitos” e é taxativa ao dizer:

No contexto da sociedade brasileira, diante da impossibilidade de assegurar a ação intersetorial com conexão em rede, acentuam-se os prejuízos de cobertura e de proteção social, pois permanece a precarização do atendimento, principalmente para as crianças e os adolescentes em condições de vulnerabilidade ou mesmo vitimizados pelas diferentes formas de violações de direitos e de vivências.

A citação acima reflete o enorme desafio a ser enfrentado pelos profissionais, desenvolver suas tarefas envolve mais do que apenas sua força de trabalho, envolve os atores sociais locais, os gestores das políticas públicas e as instituições e organizações que atuam na garantia de direitos dos indivíduos.

Cardoso (2004, p. 46) lembra que boas parcerias entre o governo e outras instituições e organizações fazem um Estado mais forte e capaz de lutar contra a pobreza e a exclusão e destaca: “governo e sociedade trabalhando juntos conseguem operações de menor custo e maior eficácia e, o que é ainda mais importante, uma maior participação das comunidades envolvidas.”

Considerações finais

Conclui-se que uma Rede de serviços bem articulada em um município ou região é um grande passo para a efetividade dos direitos sociais e conseqüentemente, para a diminuição da exclusão em todas as áreas. Porém, como foi visto somente se cria ou torna uma Rede eficiente quando há a horizontalidade de responsabilidades e compromisso entre todas as partes envolvidas no processo.

Referências

AMARAL, V. **Rede: uma abordagem operativa**. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/artigo2287.htm>>.2007

_____. **Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida**. Disponível em: <<http://www.marketinghacker.com.br/index.php?itemid=2938>>.

BAPTISTA, M. V. A intervenção em rede: o que é e o que precisa ser? Elementos para pensar propostas alternativas de prática junto ao adolescente com processo por prática infracional. **Margem Revista de Trabajo Social**. Buenos Aires, 2000.

BARROS, A. J. P. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIDARRA, Z. S. Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantias dos direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.99, p. 483-497, jul-set/2009.

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de Rede Intersetorial**. 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>

CARDOSO, R. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. In: **São Paulo em Perspectiva**. n. 18, p. 42-48, 2004.

COSTA, I. Capital Social como instrumento para viabilização do desenvolvimento regional: estudo de caso no Cariri Paraibano. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v.4, n.2, p. 58-80, mai-ago/2008.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Nacional, 1981.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIMARÃES, G. T. D. **Entidades Assistenciais: rede de serviços para a constituição de uma política de assistência social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KERN, F. A. J. **As mediações em redes como estratégia metodológica do serviço social**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

LOIOLA, E. e MOURA, S. **Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais**. In: FISCHER, T. (org) **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: fundação Getulio Vargas, 2000, p. 53-68.

MARTELETO, R. M., SILVA, A. B. O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, M. N. **O serviço social e o atendimento em rede**. 2º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais - Anais. Belo Horizonte, 2009, p. 43-62.

PEREIRA, P. A. **Centralização e exclusão social: duplo entrave a política de assistência social**. In: **Revista Ser Social**. n.3, UNB. Jul/dez, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHLITHLER, C. R. B. **Redes Intersectoriais de Desenvolvimento Comunitário**. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2010.

WHITAKER, F. **Rede: uma estrutura alternativa de organização**. Disponível em <http://www.inforum.insite.com.br/arquivos/2591/estrutura_alternativa_organizacao.PDF>.